

## **DELIBERAÇÃO CECA/CLF Nº 5.444 DE 24 DE JANEIRO DE 2012**

### **RECONHECE A DESNECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE EIA/RIMA E DETERMINA A APRESENTAÇÃO DE PCA.**

**A Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA**, da Secretaria de Estado do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, através de sua Câmara de Licenciamento e Fiscalização, em reunião de 24/01/2012, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 1.356, de 03/10/1988, pelo Decreto Estadual nº 21.287, de 23/01/95, pela Lei Estadual nº 5.101, de 04/10/2007, pelo Decreto Estadual nº 41.628, de 12/01/2009 e pelo Decreto Estadual nº 42.159, de 02/12/2009,

#### **CONSIDERANDO:**

- o que consta do Processo nº E-07/201.933/2007, referente ao requerimento de Licença de Operação da empresa MOPEL MOYSES PEDRAS LTDA. para a atividade de extração de granito-gnaisse para fabricação de lajotas e lajinhas facetadas artesanalmente para uso imediato na construção civil, situada na Fazenda Santa Fé, Zona Rural do Município de Porciúncula,
- o art. 3º da Resolução CONAMA nº 10/1990, que estabelece que, a critério do órgão ambiental competente, o empreendimento, em função de sua natureza, localização, porte e demais peculiaridades, poderá ser dispensado da apresentação de Estudo de Impacto Ambiental e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental,
- que o parágrafo único do art. 3º estabelece que, na hipótese da dispensa de apresentação de EIA/RIMA, o empreendedor deverá apresentar um Relatório de Controle Ambiental – RCA, elaborado de acordo com as diretrizes a serem estabelecidas pelo órgão ambiental competente,
- o parágrafo 7º do art. 1º da Lei Estadual nº 1.356/88, que admite que a CECA, no caso de atividades minerárias, em se tratando de Mineral da Classe II, em função de sua natureza, porte, localização e peculiaridades, poderá substituir a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA pela elaboração e apresentação de Plano de Controle Ambiental – PCA, que conterá os projetos executivos de minimização dos impactos ambientais avaliados na fase da Licença Prévia – LP, acompanhado dos demais documentos necessários, segundo diretrizes a serem estabelecidas em cada caso particular,
- que foi celebrado Termo de Ajustamento de Conduta entre o Estado, o DNPM e as empresas da região e que, com base nesse Termo, a empresa deu prosseguimento a sua operação, tendo a mesma cumprido todas as obrigações estabelecidas,
- que o prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta terminou em março/2010, ocasião em que a empresa foi obrigada a paralisar suas atividades até a obtenção da referida Licença de Operação,

#### **DELIBERA:**

**Art. 1º** – Reconhecer a desnecessidade da apresentação do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA pela empresa MOPEL MOYSES PEDRAS LTDA. para a atividade de extração de granito-gnaisse para fabricação de lajotas e lajinhas facetadas artesanalmente para uso imediato na construção civil, situada na Fazenda Santa Fé, Zona Rural do Município de Porciúncula, determinando à mesma a apresentação de Plano de Controle Ambiental – PCA.

**Art. 2º** – Encaminhar o processo ao INEA para o prosseguimento do licenciamento ambiental.

**Art. 3º** – Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2012.

**ANTÔNIO CARLOS FREITAS DE GUSMÃO**  
Presidente